



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRIUNFO/PE**

**Processo: 00000096320198173520**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSIVANIA GOMES DE BRITO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO MÉRITO**

**DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

**LESÃO PREEXISTENTE**

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado e recebido administrativamente verba indenizatória DPVAT no valor de R\$1.687,50 referente a sinistro ocorrido em 13/03/2013, ocasião em que adquiriu a mesma lesão aferida no presente laudo, no joelho direito.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de JOELHO DIREITO, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.


Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

## DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Requerida a indenização em sede administrativa, foi apurada lesão no joelho direito com repercussão leve (25%), efetuando o pagamento no valor de R\$843,75:

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA		 Seguradora <b>LÍDER</b> <small>Administradora do Seguro DPVAT</small>		
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3180311082	Cidade: Santa Cruz da Baixa Verde	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: ROSIVANIA GOMES DE BRITO	Data do acidente: 30/07/2017	Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A		
<b>PARECER</b>				
<b>Diagnóstico:</b> FERIMENTO CORTO CONTUSO EXTENSO NA PERNA DIREITA, COM PERDA DE TECIDO.				
<b>Descrição do exame médico pericial:</b> A VITIMA APRESENTA RETRAÇÃO CICATRICIAL NA REGIÃO ANTERO LATERAL DA PERNA DIREITA COM LIMITAÇÃO DISCRETA DA FLEXO-EXTENSÃO DO JOELHO DIREITO.				
<b>Resultados terapêuticos:</b> A VITIMA FOI SUBMETIDA A TRATAMENTO CIRÚRGICO COM LIMPEZA E SUTURA EVOLUINDO COM ÚLCERA PÓS TRAUMÁTICA E RETRAÇÃO CICATRICIAL.				
<b>Sequelas permanentes:</b> Limitação funcional do joelho direito				
<b>Sequelas:</b> Com sequela				
<b>Data da perícia:</b> 30/08/2018				
<b>Conduta mantida:</b>				
<b>Observações:</b>				
<b>Médico examinador:</b> Francisco Erlandio de Melo Junior				
<b>CRM do médico:</b> 15940				
<b>UF do CRM do médico:</b> PE				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
<b>Total</b>			<b>6,25 %</b>	<b>R\$ 843,75</b>

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão no membro inferior direito com repercussão intensa (75%).

Importante esclarecer que, conforme demonstram os próprios documentos de atendimento medico apresentados pela parte autora, **A LESÃO FOI OCASIONADA NO JOELHO DIREITO.**

Primordial se faz ressaltar que o exame pericial médico deve ser realizado com a observação de todas as informações da casuística, principalmente, analisando os documentos de atendimento médico da data do acidente.

**DESTA FORMA, REQUER A INTIMAÇÃO DO *EXPERT* PARA ESCLARECER A RAZÃO PELA QUAL APURA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO SE O ÚNICO SEGMENTO AFETADO NO ACIDENTE FOI O JOELHO DIREITO, BEM COMO, PARA GRADUAR O SEGMENTO CORRETO, JOELHO DIREITO.**

**Em caso de condenação, requer a aplicação da a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TRIUNFO, 23 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**